

## ARMAS: NEM LÁ, NEM AQUI !

O slogan que servia antigamente para ironizar a derrota da esquerda na união e no estado com certeza, hoje, pode servir analogamente para exorcizar a política equivocada e nefasta da intelectualidade quando ocupa cargo no executivo, seja ele federal ou estadual.

Concomitantemente, na órbita federal FHC envia ao Congresso projeto de lei, que entre outros atos prevê a "devolução" de armas pela cidadania que sempre foram usadas legalmente, no prazo de 360 dias. Por outro lado, no estado do Rio Grande do Sul, o Secretário de Justiça, JPB, edita portaria regulando a utilização das armas pelos policiais.

A delinqüência e o crime organizado devem estar, a esta hora, exultantes com seus eventuais aliados oficiais. Sim, porque se bloqueia-se a capacidade defensiva da Sociedade Civil, retirando-se o direito de reação na legítima defesa, no estado de necessidade e ainda, em estrito cumprimento do dever legal ou no exercício regular de direito, que são cláusulas legais excludentes de ilicitude, à injusta e iminente agressão, a direito seu ou de outrem, está se inviabilizando, de alguma forma, o disposto nos artigos 23, 24 e 25 do Código Penal, notadamente o parágrafo único do art.23 do mesmo diploma legal. Teremos desta forma, a cidadania completamente desarmada e a polícia manietada, nada melhor para assegurar o direito à vida dos infratores e delinqüentes com a conseqüente perda dos direitos à vida, a segurança e a tranquilidade da cidadania pois se os laráprios são julgados, como de justiça, em tribunais e não podem ser torturados ou condenados à morte, na forma dos direitos constitucionais e humanos, por outro lado, a cidadania é sumariamente assassinada, pela delinqüência, sem direito a um juiz ou advogado.

Retiram-se os taurus, rossis, as boitos e a cbs, nacionais, de uso da cidadania e deixam-se em circulação o tráfico sofisticado das armas de alto calibre, de uso da delinqüência, oriundas do incontrolável descaminho de direito ou do contrabando. Menos emprego aqui e mais emprego lá, logicamente no exterior, obedecendo as concepções econômicas vigentes.

No Brasil, mais ou menos 70.000 pessoas são assassinadas anualmente e os lidadores dos direitos humanos lutam pelo direito dos homicidas mas não se constata nenhuma campanha que limite ou estanque a violência da delinqüência contra os cidadãos honestos e contribuintes. Na guerra do Vietnã morreram 50.000 em cinco anos e a Sociedade Americana reagiu ao matadouro.

Aqui no Brasil, vivemos uma verdadeira guerra molecular interna onde, aos 70.000 assassinados somam-se 50.000 mortos no trânsito, anualmente, sem contar os mutilados e incapacitados cujo número, com certeza, vai a mais de meio milhão.

Vivemos, hoje, em presídios. Olhai as grades nas janelas, os muros cheios de ofendículas, os cães de guarda e os olhos mágicos das portarias. As cidades se transformaram em campos de concentração onde a cidadania é refém da delinqüência atuando em completa liberdade.

Se compararmos, como os juristas organicistas do medievo, o estado a um grande homem e analogamente aplicarmos o conhecimento médico ao seu diagnóstico, constataremos que o Brasil está como se fora com AIDS. Seus últimos mecanismos ou anti-corpos de defesa ou imunidade, através destas políticas míopes estão sendo extintos. Não haverão mais barreiras limitando num mínimo a ilicitude. Imaginem os homens do campo, acossados pelo abigeato, ou aqueles situados em lugares inóspitos onde o aparelho de defesa do estado não está presente, sob o ataque de bandidos.

O paradoxo maior é que enquanto os países do G-8 continuam com estados nacionais cada vez mais fortes e dentro dos parâmetros históricos de soberania que erigiram este mecanismo institucional com forças internas e externas, nós, ao sul do equador constatamos cada vez mais o definhamento do estado e de nossas capacidades defensivas, não só com relação a manutenção da vida perante a violência armada, nas suas mais variadas formas, mas também com relação aos níveis de sobrevivência diária, frente aos altos níveis de desemprego jamais constatados na história do país e que, frente aos índices de endividamento estatal e ao estímulo subliminar de violência oriundo de uma mídia irresponsável, tendem para um cenário final catastrófico. Tenho certeza absoluta que os erros na política macroeconômica, geradora desta situação, não são compensados absolutamente por panacéias intelectualóides que, se conciliam aspirações em tese perante o Olimpo do Saber, paradoxalmente, inseridas na realidade do dia a dia brasileiro são abortadas pela prática da incivilidade e da incultura nacionais acionadas pela fome e o desemprego.

Enquanto que os países "civilizados" lidadores e financiadores dos direitos humanos, como EUA e UK (Inglaterra), irônica e paradoxalmente, detêm o direito legal de matar os delinqüentes pela força, pelo fuzilamento, por cadeira elétrica, injeção letal ou inalação de gás, condenar crianças e menores, justificando pela atividade da OTAN na Iugoslávia a assertiva de um Raskolnikov em Crime e Castigo, honrando a perspicácia de Dostoiewsky, nós aqui, no Sul, só somos civilizados, ironicamente, não pelos nossos níveis de industrialização e poluição ou pelo monopólio do poder atômico de destruição em massa como o dos países ditos "civilizados", mas isto sim, triste e ironicamente, pela nossa capacidade e sensibilidade de proteger os direitos humanos da delinqüência em detrimento da cidadania.

Até quando a Sociedade Civil suportará a intromissão indébita do Estado na sua zona de franquias civis e na sua área de exclusão balizada pelo direito histórico do constitucionalismo ?! Maquiavel dizia, em sua obra *O Príncipe*, que só um governo injusto deveria temer o seu povo armado. Com uma dívida que começou há quatro anos em 60 bilhões de dólares e que hoje transformou-se em 500 bilhões, cujos juros, com projeção para o fim do ano estão estimados para mais ou menos 130 bilhões, consumindo assim, toda a arrecadação da União através da política irreal do real, esta realmente, é uma temática a ser pensada por um governo que se preza. Lembrem-se: No Brasil nem mesmo a pior ditadura atreveu-se a desarmar o Povo Soberano.

SÉRGIO BORJA

PROFESSOR DE DIREITO CONSTITUCIONAL

NA PUC/RS; PROFESSOR DE INSTITUIÇÕES DE DIREITO DA FACULDADE DE DIREITO DA UFRGS.

TEL/FAX: (051) 2 23 26 10 CEL: (051) 316 37 06

E-MAILS: [borja@pro.via-rs.com.br](mailto:borja@pro.via-rs.com.br) [borja6@hotmail.com](mailto:borja6@hotmail.com)

GAZETA MERCANTIL DE 17 DE JUNHO DE 1999